



IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

AO
GOVERNO DE MATO GROSSO
SES-MT – SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº054/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 300246/2020

Objeto:

“Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada, sob demanda, para prestar serviços comuns de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão-de-obra, COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO (%) a ser aplicado na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI (desonerada) vigentes, nas edificações das unidades da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso, acrescido do BDI, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos”

I. LICITANTE IMPUGNANTE:

Empresa: **S.O.S CONSTRUTORA SERVIÇOS LTDA**, com CNPJ 05.543.903/0001-32, com Inscrição Estadual no Estado de Mato Grosso, neste ato pelo seu sócio Administrador Sr. SEVERINO REZENDE DA SILVA, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 000.948.051-05, com residência na cidade de Cuiabá-MT.

II. DO PRAZO PARA IMPUGNAR EDITAL SES-MT

Sendo a Licitação dia 03/11/2020, estamos dentro do prazo legal conforme o item 42.1, conforme Edital supracitado.

Rua do Contorno, 19, Sala 3
Bairro Nova Esperança I, Cuiabá, MT
CEP 78098-570 (65) 9.8115-8745 / (65) 9.9608-1388



III. DO ITEM EM DESCONFORMIDADE COM A LEI E IMPUGNADO PELA LICITANTE

Nos fulcros da Legislação Estadual, e nos melhores interesses para salvaguardar o erário ao Governo do Estado de Mato Grosso, entendemos que o Edital em seu item 10.7.2 e Subitens, está em desconformidade com a legislação, vamos as explicações:

Assim com o item abaixo, requer a PROVA de Cadastro de Inscrição para a Esfera Federal, a mesmo deveria haver para as demais esferas: Estadual e Municipal, exemplo dos subitens abaixo:

10.7.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.7.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Também deveria, conforme demais Editais de concorrência, prova para as esferas: Estadual e Municipal, sugerimos o seguinte:

Sugestão de subitens pela Licitante Inconformada [para que INSIRAM A INSCRIÇÃO ESTADUAL]:

10.0.0.0 - Prova de cadastro de Inscrição Estadual no cadastro da Secretaria de Estado de Fazenda de sua unidade UF, ou Declaração de Isenção de Inscrição Estadual, emitida pelo Órgão competente de sua Unidade UF;

Os subitens abaixo contêm no Edital [que se referem a regularidade da inscrição acima]

10.7.2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.7.2.6 Certidão Negativa de Débitos Inscritos em Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado (sede da licitante);

Sugestão de subitens pela Licitante Inconformada [para que INSIRAM A INSCRIÇÃO MUNICIPAL]:

Rua do Contorno, 19, Sala 3
Bairro Nova Esperança I, Cuiabá, MT
CEP 78098-570 (65) 9.8115-8745 / (65) 9.9608-1388



10.0.0.0 - Prova de cadastro de Inscrição Municipal [ou Alvará] no cadastro da Prefeitura de sua unidade UF, ou Declaração de Isenção de Inscrição Municipal, emitida pelo Órgão competente de sua Unidade UF;

O subitem abaixo contém no Edital [que se referem a regularidade da inscrição acima].

10.7.2.7 Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;

IV. MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO – QUANTO A SOLICITAÇÃO DA INSCRIÇÃO ESTADUAL

Nos termos da Legislação Estadual da SEFAZ-MT, que é regulamentada pelo RICMS-Regulamento do ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, reza que, caso a empresa CONSTRUTORA, for realizar SERVIÇOS, com o FORNECIMENTO DE MATERIAIS, o que é o caso do OBJETO DO EDITAL, reza o RICMS no seu Artigo 756 o que grifamos a seguir:

V. DIREITO LEGAL DA EXISTENCIA DO PEDIDO IMPUGNADO

Segue transcrição de parte do artigo 756 do RICMS/14, grifos acrescentados.

"Art. 756 Considera-se empresa de construção civil, para fins de inscrição e cumprimento das demais obrigações fiscais previstas neste regulamento, toda pessoa, natural ou jurídica, que executar obras de construção civil ou hidráulicas, promovendo a circulação de mercadorias em seu próprio nome ou de terceiros.

§ 1º Entende-se por obras de construção as adiante relacionadas, quando decorrentes de obras de engenharia civil:

...

VI – execução de obras elétricas e hidrelétricas;

...

§ 2º O disposto neste capítulo aplica-se, também, aos empreiteiros e subempreiteiros, responsáveis pela execução da obra, no todo ou em parte."

Assim, nos moldes do artigo 756 do RICMS/14 para a consulente executar o contrato de prestação de serviços (execução de obra elétrica e hidrelétrica) com o fornecimento de materiais, descrito na presente consulta, **a consulente é considerada uma empresa de construção civil, e, é necessária a inscrição no cadastro de contribuintes do Estado de Mato Grosso.**

Rua do Contorno, 19, Sala 3
Bairro Nova Esperança I, Cuiabá, MT
CEP 78098-570 (65) 9.8115-8745 / (65) 9.9608-1388



O artigo 759 do RICMS/14, transcrito a seguir, ao disciplinar a inscrição estadual, especifica casos em que a mesma é dispensada, entretanto, tais casos não se amoldam a presente consulta, na medida em que a consulente fornecerá os materiais de construção à obra a ser realizada, além disso, determina que para cada estabelecimento, deverá haver uma inscrição estadual, mesmo na hipótese do estabelecimento ser um simples depósito de materiais.

"Art. 759 Deverão se inscrever no Cadastro de Contribuintes do ICMS, antes de iniciarem suas atividades, as pessoas referidas no artigo 756.

§ 1º Se as empresas mantiverem mais de um estabelecimento, ainda que simples depósito, em relação a cada um deles será exigido inscrição estadual.

§ 2º Não estão sujeitas à inscrição no Cadastro a que se refere o caput deste artigo as empresas que se dediquem:
I – a atividades profissionais relacionadas com a construção civil, mediante prestação de serviços técnicos, tais como, elaboração de plantas, projetos, estudos, cálculos, sondagens do solo e assemelhados;
II – à exclusiva prestação de serviços em obra de construção civil, mediante contrato de administração, fiscalização, empreitada ou subempreitada, sem fornecimento de materiais.

§ 3º As empresas mencionadas no § 2º deste artigo, caso venham a realizar operações relativas à circulação de mercadoria, em nome próprio ou de terceiros, em decorrência de execução de obra de construção civil ou hidráulica, ficam obrigadas à inscrição estadual e ao cumprimento das demais obrigações previstas neste regulamento.

§ 4º Não será considerado estabelecimento o local de cada obra, podendo ser autorizada a inscrição estadual facultativa tanto da obra como das empresas referidas no § 2º deste artigo."

É importante frisar que o fato da consulente ser obrigada a se inscrever no cadastro de contribuintes do Estado de Mato Grosso, não a torna automaticamente contribuinte do ICMS, conforme demonstram os §§ 5º a 7º do artigo 22 do RICMS/14, a seguir transcritos, grifos acrescentados.

"Art. 22 Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte



interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. (cf. caput do art. 16 da Lei nº 7.098/98)

...

*§ 5º **Ressalvada declaração expressa em contrário do interessado**, para efeitos da cobrança da diferença decorrente do disposto nos incisos XIII e XIV do caput do artigo 3º deste regulamento, **não se considera contribuinte a empresa que desenvolva atividades exclusivamente de construção civil, ainda que inscrita no Cadastro de Contribuintes do Estado.** (cf. § 5º do art. 16 da Lei nº 7.098/98, acrescentado pela Lei nº 8.628/2006)*

*§ 6º Nas hipóteses de que trata o § 5º deste artigo, na aquisição interestadual de mercadoria, bem ou serviço, **o adquirente ou o tomador de serviço mato-grossense deverá informar ao remetente ou ao prestador do serviço sua condição de não contribuinte do imposto.** (cf. § 6º do art. 16 da Lei nº 7.098/98, acrescentado pela Lei nº 8.628/2006)*

*§ 7º A inobservância do disposto no § 6º deste artigo implicará ao adquirente da mercadoria ou bem ou ao tomador do serviço, em relação a cada operação e/ou prestação, **a obrigação de recolher a multa prevista no artigo 924, inciso X, alínea f, deste regulamento.** (cf. § 7º do art. 16 da Lei nº 7.098/98, acrescentado pela Lei nº 8.628/2006)"*

Assim, diante do exposto acima a empresa que desenvolve exclusivamente atividades de construção civil, reformas, etc, embora seja inscrita no cadastro de contribuintes, em regra, não é considerada contribuinte do ICMS; Todavia, se a empresa desenvolve atividades de construção civil, prestação de serviços de manutenção predial, urbana, e outras, que necessite [adquirir insumos a empregar nos serviços] o que é o caso da licitação em questão, é a licitante OBRIGADA A TER A INSCRIÇÃO ESTADUAL, pois o próprio Edital estipula até mesmo o: BDI-Bonificação de Despesas Indiretas [ou Bônus acrescido(s) ao pagamento] para compensar as despesas com [Impostos / lucros / administração] envolvidos nas aquisições de insumos, que a torna contribuinte do ICMS, como por exemplo o comércio de mercadorias, **será considerada contribuinte do ICMS.**

Quanto aos benefícios do Credenciamento, para a Licitação em questão, poderá, a posteriori a Licitação, pleitear seus direitos nos moldes do Convenio ICMS 73/04 SEFAZ-MT, mediante o pedido de Credenciamento, não isentando esta, de ter a Inscrição Estadual.



VI. RESUMO

Diante do exposto, conclusão ao assunto, a explicação na legislação acima, é bem clara, se a concorrente licitante participar em Pregão ou situações que for “fornecer materiais” ou “circular mercadorias” esta deverá [obrigar-se-á] ter a Inscrição Estadual – o que não consta previsto no Edital citado, nos subitens: **10.7.2** Regularidade fiscal e trabalhista, sendo que o não acolhimento é passível de ferir a Lei 8.666/93 no seu Artigo 3º, privilegiando apenas quem não recolhe impostos, e ainda tem situações supostamente privilegiadas, fora do âmbito da Lei, qual possam promover mais descontos em suas propostas.

VII. PEDIDO

Requer a impugnante o acolhimento destas observações e modificações [retificações] no Edital 054-2020 SES-MT, sendo produzida a publicação da Retificação nos canais quais noticia o mesmo para ampla concorrência.

Nestes Termos
Pedimos o deferimento do pedido

Severino Rezende da Silva

S.O.S CONSTRUTORA SERVIÇOS LTDA
CNPJ 05.543.903/0001-32

Rua do Contorno, 19, Sala 3
Bairro Nova Esperança I, Cuiabá, MT
CEP 78098-570 (65) 9.8115-8745 / (65) 9.9608-1388